

Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Graduação em Relações Internacionais

Eduarda Pinheiro Vasconcelos dos Santos

**A PRESENÇA DA CHINA NA ÁFRICA:
A dualidade cooperação-exploração a partir de três aspectos.**

Brasília

2014

EDUARDA PINHEIRO VASCONCELOS DOS SANTOS

**A PRESENÇA DA CHINA NA ÁFRICA:
A dualidade cooperação-exploração a partir de três aspectos.**

Dissertação apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: José Flávio Sombra Saraiva

Brasília

2014

Eduarda Pinheiro Vasconcelos dos Santos

A PRESENÇA DA CHINA NA ÁFRICA:

A dualidade cooperação-exploração a partir de três aspectos.

Dissertação apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em ___ de dezembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva
Instituto de Relações Internacionais
Universidade de Brasília
(Orientador)

Prof. Dr. Eiiti Sato
Instituto de Relações Internacionais
Universidade de Brasília
(Examinador)

*Dedico às gerações futuras, que não de ver
uma África em ascensão.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, pelo incansável apoio e pela liberdade que me deram desde pequena para acreditar nos meus sonhos e segui-los, à minha vovó Luzinha, que é a grande luz da minha vida, a todos meus amigos da graduação, por compartilharem comigo os melhores e piores momentos destes quatro anos e meio, ao querido Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva, por me transmitir a paixão pelos estudos africanistas e por ser grande inspirador da minha curiosidade pela África, e, sobretudo a Deus, pela generosidade de Seus planos em minha vida.

RESUMO

A presente monografia tem o objetivo de apresentar as relações entre a China e os países africanos, que vêm alcançando um ritmo acelerado desde a década de 1990. O principal motivo do estreitamento das relações sino-africanas é a busca chinesa por matérias primas e recursos, principalmente energéticos. A presença chinesa nos países africanos é aqui avaliada a partir de três aspectos, são eles: a política externa africana da China, as empresas chinesas na África e a migração dos povos chineses para o território africano. Com base nesses três aspectos, discute-se, ao longo deste trabalho, a dualidade da relação da China com estes países africanos, que são beneficiados e ao mesmo tempo prejudicados pela parceria com os atores chineses. Para tanto, foi utilizado como obra principal o livro “China in Africa” de Chris Alden, publicado em 2009.

Palavras-chave: 1. África; 2. China; 3. Cooperação; 4. Relações Sino-Africanas; 5. Política Externa; 6. Multinacionais; 7. Migração.

ABSTRACT

This thesis aims to present the relations between China and African countries, which have achieved a rapid pace since the 1990's. The main reason for the narrowing of Sino-African relations is the Chinese search for raw materials and resources, above all energetic resources. The Chinese presence in African countries is evaluated here from three aspects, they are: African foreign policy of China, Chinese companies in Africa and the migration of Chinese people to the African territory. Based on these three aspects, it is discussed throughout this work, the duality of China's relations with these African countries, that face the benefits but also are damaged by the relations with China. Therefore, Chris Alden's "China in Africa" book, published in 2009, was used as the main bibliography for this work.

Key-words: 1. Africa; 2. China; 3. Cooperation; 4. Sino-African Relations; 5. Foreign Policy; 6. Multinational Companies; 7. Migration.

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 01 - Contextualização	12
Capítulo 02 - Diplomacia chinesa na África	16
2.1 - Os cinco princípios da coexistência pacífica.....	17
2.2 - A tridimensionalidade da política externa chinesa.....	18
2.3 - Flexigemonia chinesa.....	20
2.4 - Ajuda chinesa na África.....	21
Capítulo 03 - As empresas chinesas na África	24
3.1 - A estratégia “Going global” chinesa.....	25
3.2 - As Multinacionais chinesas.....	26
3.3 - Empresas menores.....	28
3.4 - Os produtos chineses na África,.....	30
3.5 - Obras de infraestrutura.....	31
Capítulo 04 - Os povos chineses na África	33
4.1 - As ondas de imigração chinesa na África.....	33
4.2 - A terceira onda de imigrantes chineses.....	34
4.3 - A recepção dos africanos,.....	37
Conclusão	39
Referências Bibliográficas,.....	41

Introdução

O acelerado ritmo de crescimento que a China vêm experimentando desde o final da década de 1970, quando reformas liberalizantes foram instituídas por Deng Xiaoping, tem mudado a trajetória do sistema internacional. A China que tem protagonizado economicamente o cenário internacional do século XXI, também faz movimentos de expansão, no sentido de ocupar um espaço político internacional condizente ao seu tamanho econômico.

A média anual de crescimento chinês dos últimos 30 anos é de quase 10% e para sustentar tais números de crescimento, a China busca externamente recursos energéticos, matérias primas e mercados consumidores. Esta expansão chinesa em busca dos insumos para a manutenção de seu crescimento tem chamado a atenção e gerado expectativas em todo o mundo, principalmente quanto a decifrar o provável papel que a China assumirá como líder mundial.

No movimento de crescimento e expansão internacional chinês, a China encontrou os países africanos como importantes parceiros, por serem provedores de muitos dos recursos necessários a continuidade de seu crescimento e também por serem mercados consumidores em ascensão. A relação com a China, do ponto de vista dos países africanos, também se tornou essencial à sobrevivência econômica da África, que paulatinamente vem diminuindo sua dependência das relações com os países ocidentais e transferindo esta demanda à China e a outros países emergentes, que utilizam os discursos das relações horizontais e da cooperação Sul-Sul.

Em 2009, a China se tornou o maior parceiro internacional da África, ultrapassando os Estados Unidos e os demais países europeus. Segundo os investigadores sul-africanos Daouda Cissé e Yejoon Kim, a necessidade chinesa de matérias-primas vai manter a posição africana na agenda chinesa de investimentos no exterior por muito tempo.

O objetivo geral deste trabalho é explorar as relações sino-africanas, que vêm se expandindo desde 1995¹, a partir de três pontos que foram identificados como centrais sobre a presença da China nos países africanos: as estratégias políticas, a presença comercial e os movimentos de migração. O grande propósito deste trabalho é, também, fazer um paralelo entre os pontos positivos e os pontos negativos desta relação, que se equilibra entre a exploração e a cooperação.

¹ Segundo Li Anshan (2008), a partir de 1995 as relações sino-africanas se tornaram mais intensas, o período 1995-presente é onde se destacam as relações entre a China e os países do continente africano.

Para tanto, este trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, há uma breve contextualização da realidade das relações sino-africanas e a explicação de alguns conceitos mais específicos das relações internacionais que serão utilizados ao longo do trabalho. O segundo capítulo trata das estratégias da política externa e da diplomacia chinesas para adentrarem os países africanos, este capítulo trata dos temas de cunho político da relação da China com os países africanos. No terceiro capítulo, há um esforço de concentrar-se as relações econômicas, este capítulo aborda o papel das empresas chinesas no cenário africano. O quarto e último capítulo pretende tratar de uma temática que ainda não foi muito trabalhada pelos acadêmicos, mas que tem grande importância para a compreensão da dinâmica da presença chinesa nos países africanos, esta última parte trata da imigração chinesa na África e de como os povos africanos a concebem.

Ao final, após analisar estes três pontos centrais da presença chinesa na África, demonstrando sempre a controversa dualidade entre parceria e exploração que fica subentendida nas relações sino-africanas, pretende-se chegar a um veredicto sobre o benefício ou não que estas relações representam para os Estados e as sociedades africanas.

CAPÍTULO 01 - Contextualização

O processo de crescimento chinês, que vem ocorrendo há três décadas, é acompanhado pela expansão da China para quase todos os países do mundo. A China se tornou, em 2011, a segunda economia global e muitos analistas já prevêm que em pouco tempo o PIB chinês ultrapassará o PIB dos Estados Unidos. O crescimento chinês tem uma média anual de quase 10% e a provável ascensão da China como maior potência econômica global gera uma grande expectativa nos estudiosos e também na população de todo o mundo, que tentam fazer previsões sobre o comportamento chinês diante desta liderança. Tomaria a China uma posição de hegemonia, assim como o fez os Estados Unidos? Ou estaria disposta a aproveitar-se dos arranjos e regimes internacionais já existentes para assumir a liderança de um mundo multipolar? O mundo entraria em um conflito novamente para que a China assumisse o lugar dos Estados Unidos?

Segundo o discurso chinês, que foge da teoria realista das Relações Internacionais, a China assumiria essa liderança econômica mundial a partir de uma ascensão pacífica, ou seja, sem travar nenhum conflito para afirmar sua posição de hegemonia. A posição hegemônica, por sua vez, também pode ser algo não almejado pelos chineses, uma vez que assumir o poder hegemônico assim como os Estados Unidos exerceram seria muito custoso à China.

O mérito deste trabalho não é fazer previsões sobre a futura ascensão chinesa, mas sim discutir o papel internacional da China atual, que apesar de não ser ainda a primeira economia mundial, expande-se internacionalmente em busca das duas coisas que mantêm o seu crescimento: matérias primas e mercados consumidores. Neste movimento de internacionalização, a China, junto com suas empresas e seus trabalhadores, chegou ao território africano.

Os países africanos são capazes de alimentar ambas as necessidades chinesas, por poder suprir parte da demanda chinesa por recursos naturais e matérias primas, com destaque para o petróleo, e também por serem um mercado consumidor com grande potencial, de forma a favorecer a disseminação das empresas e dos produtos chineses.

É do interesse deste trabalho, portanto, explorar a presença chinesa nos países africanos a partir de três pontos que são considerados centrais nas relações sino-africanas: a política chinesa para a África, englobados neste ponto estariam as estratégias diplomáticas, de política externa e a retórica chinesa em relação aos países africanos; a presença das empresas chinesas

na África, considerando desde as multinacionais até os pequenos comércios; e, por fim, a migração de chineses para o continente africano como complemento à expansão que ocorre nos outros setores, como por exemplo, no comercial e no da construção.

Fazendo uma análise desses pontos centrais, percebe-se a ambiguidade da presença chinesa, que por tantas razões é positiva e traz mudanças significativas ao desenvolvimento do continente africano, e que por tantas outras é negativa e acaba sendo criticada pela sociedade africana e também pela comunidade internacional. Tomando esse ponto, este trabalho foi elaborado de modo a sempre contrastar esses dois lados controversos da presença chinesa nos países africanos, por um lado como uma forte parceira na cooperação, por outro como exploradora dos recursos africanos sem demonstrar preocupações com o desenvolvimento sócio-econômico local, com o meio ambiente ou com os regimes políticos africanos.

É, portanto, importante esclarecer cada um desses conceitos que permeiam a temática das relações sino-africanas. Em primeiro lugar, utilizar-se-á ao longo deste trabalho o conceito de hegemonia, que aqui é tido a partir da definição de Robert Cox (1986). Para Cox, a hegemonia no que diz respeito ao cenário internacional é a dominação de um Estado (ou de um grupo de Estados), juntamente com parcela da sua sociedade, que estabelece uma ordem mundial em expansão à qual se submetem os outros Estados, ou nas palavras de Pereira (2011) que traduz o conceito de Cox:

“o estabelecimento de uma ordem conduzida por um Estado hegemônico no seio de um modo de produção dominante e expansivo. A hegemonia não envolve apenas os estados, mas também as classes sociais dominantes em cada um deles. A hegemonia mundial definir-se-ia, segundo o autor, como a combinação de três estruturas: a social, a econômica e a política.” (PEREIRA, 2011, s/ p.)

O conceito de hegemonia é importante pois a hegemonia exercida pelos Estados Unidos no pós-Guerra Fria, principalmente quando se fala de África, é contrária ao que defende o discurso chinês sobre suas relações externas, baseadas nos princípios de coexistência pacífica (que serão tratados em uma seção do segundo capítulo). É contrário, também, à retórica chinesa sobre a sua provável ascensão como maior potência econômica mundial, alegando que esta será dada de forma pacífica.

Os conceitos de *soft*, *hard* e *smart power* também permearão os próximos capítulos afim de caracterizar o comportamento chinês quanto ao exercício de poder nos países africa-

nos. Estes três conceitos podem ser entendidos a partir da definição de Nye (2010). Segundo este autor, o que se entende por *soft power* é a habilidade de afetar outros através de meios cooptivos, enquadrando uma agenda, persuadindo e desencadeando uma atração positiva nos outros de forma a obter-se resultados de interesse próprio, vários recursos podem ser utilizados ao exercer-se o *soft power*, inclusive o militar, o autor defende que não são os recursos utilizados que definem o comportamento. O que Nye define como *hard power* é o uso da força, dos pagamentos e o estabelecimento de uma agenda baseada nesses dois últimos. Sendo assim, o conceito de *soft power* estaria mais próximo do que se entende por influência e os recursos interligados a este tipo de poder são os valores, as ideias, a cultura, enquanto o *hard power* estaria mais conectado à ideia de coerção, e os recursos utilizados para exercê-lo seriam as forças física e econômica. Já o conceito de *smart power* foi estabelecido posteriormente por Nye (2004) e diz respeito à habilidade de estabelecer uma estratégia efetiva, combinando os recursos de *hard* e *soft power*. Nye **inclusive** utiliza a China para exemplificar o termo *smart power*, apontando que, sendo este país uma potência emergente militar e econômica, vem utilizando recursos de *soft power* para mascarar uma possível ameaça aos seus vizinhos devido a seu *hard power*, o que Nye caracteriza como uma estratégia *smart*.

Ainda sobre o comportamento chinês perante os países africanos, é necessário que se entenda que a posição chinesa é bastante ambígua, no sentido de que as relações que estabelece com os países africanos podem ser entendidas tanto através da cooperação, como através da exploração. De acordo com Keohane, cooperação é o ajuste de comportamento por parte dos atores às preferências reais ou esperadas dos outros atores, por meio de um processo de coordenação de políticas (RAMOS, 2006, p. 12). A partir desta definição, as práticas chinesas para com os países africanos que convergiram como cooperação seriam aquelas que não só respondem às expectativas chinesas, mas também as expectativas africanas. O que será observado nos seguintes capítulos é que a coordenação entre atores chineses e atores africanos, neste cenário de estreitamento das relações sino-africanas, pode por muitas vezes corresponder as preferências de ambos os lados, assim sendo caracterizada como cooperação internacional. Por outro lado, alguns aspectos do relacionamento sino-africano não correspondem às preferências africanas e são fatores que favorecem unilateralmente a parte chinesa, estes aspectos serão classificados ao longo do trabalho como exploração.

É importante também destacar que este trabalho, apesar de tratar especificamente sobre as relações entre o Estado chinês e os Estados africanos, não assume uma visão estatocêntrica quanto à percepção das relações sino-africanas. Ao contrário disto, há uma tentativa de abordar como os diversos atores que esta relação compreende atuam e quais os seus respectivos papéis nas relações entre a China e a África. Visto desta forma, o segundo capítulo tem um enfoque maior no papel dos Estados, o terceiro capítulo traz a atuação das empresas e o quarto se propõe a uma análise mais voltada as questões dos indivíduos, tanto como componentes de uma sociedade civil organizada, quanto como indivíduos. Além desses três níveis, considera-se que as organizações internacionais e, também, as instituições não-governamentais exercem um papel importante como atores nesta temática tratada, ainda que neste trabalho não haja muita referência a isto.

Ainda que não estejam explicitamente abordados neste trabalho, é essencial reservar um espaço nesta parte de contextualização para se falar da União Africana (UA) e da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). A União Africana foi instituída em 2002 e sucedeu a Organização da Unidade Africana (OUA), a UA tem um amplo programa de integração regional e tem como base um plano de ação adotado em 2004 que se guia por cinco prioridades: transformação institucional; promoção da paz, da segurança humana e da governança; promoção da integração regional; construção de uma visão compartilhada no continente; e adoção do protocolo relativo à Corte de Justiça da UA (HUGON, 2009, pp. 126-127). Já a Nepad, surgiu como um plano de renovação no âmbito da integração da UA, “privilegia a apropriação, pelos africanos, do processo de desenvolvimento e busca uma nova parceria baseada na responsabilidade compartilhada e no interesse mútuo” (HUGON, 2009, p. 126). Assim, a Nepad traz aos próprios países africanos a responsabilidade pelos projetos e ações que resultaram em seus respectivos desenvolvimentos. Entretanto, tanto a UA, quanto a Nepad, representam projetos de integração muito ambiciosos, que não correspondem à realidade dos países africanos e, portanto, acabam não se concretizando.

CAPÍTULO 02 - Diplomacia chinesa na África

Esta primeira seção dedica-se a abordar a política externa chinesa direcionada para a África, como se desenvolve a diplomacia chinesa para com os países africanos e de que forma a China adentra e se relaciona com os países africanos, quais são as estratégias, os objetivos que guiam esta relação e os compromissos chineses para com os países africanos, são algumas das questões que este primeiro capítulo pretende abordar.

O governo de Deng Xiaoping (1978) iniciou uma fase econômica de orientação capitalista para a China que resultou, nas últimas três décadas, em um ritmo de crescimento econômico intenso². Ao passo que a China cresce em ritmo acelerado, os padrões de vida de sua população crescem, seu capital excedente e sua necessidade por mercados consumidores e por recursos, principalmente energéticos, aumentam. Em 1993, há a significativa transição de uma China exportadora de petróleo para uma China importadora (Alden, 2009).

Neste cenário, o continente africano tornou-se o parceiro ideal para as demandas desta China ascendente. As relações são estabelecidas juntamente com ajuda, cooperação, investimentos -principalmente em infraestrutura-, financiamentos e empréstimos. Além de seus recursos essenciais à economia chinesa, a África, como um conjunto de 54 países independentes, ou seja, quase 1/3 do total de países do mundo, pode favorecer os interesses chineses com o peso dos seus votos em foros multilaterais e organizações internacionais, como por exemplo na Organização Mundial do Comércio (OMC) e na Organização das Nações Unidas (ONU).

Por essas duas principais razões - recursos e influência na estratégia de ascensão política global chinesa -, pode-se observar a importância que o continente africano possui para a China, o que justifica nas últimas duas décadas uma grande aproximação diplomática: abertura do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), viagens regulares dos governantes e membros do governo aos países africanos, missões diplomáticas e embaixadas em quase todos os países da África³.

² Segundo Márcio Oliveira, em uma reportagem para a edição 48 da revista online do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em 2009, a China teve uma média anual de crescimento de 9% nos últimos trinta anos.

³ Dos 54 países africanos, a China possui missões diplomáticas em 48, são eles: África do sul, Angola, Argélia, Benim, Botswana, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Comores, República do Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Mali, Marrocos, Maurícia, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue. Sendo os que não possuem missão diplomática chinesa: Burkina Faso, Gâmbia, Malawi, Somália, Sudão do Sul e São Tomé e Príncipe.

A presença cada vez maior da China e dos chineses no continente africano não tem sido bem vista pela comunidade internacional, principalmente pelos países ocidentais, que acreditam que a China não possui uma estratégia de política externa específica que corresponda às aspirações africanas de cooperação e progresso⁴, mas sim uma relação baseada somente na "aquisição de recursos" e no "oportunismo comercial" (Alden, 2009, p. 8). Por outro lado, a diplomacia chinesa de primazia da soberania e da não intervenção, aliada aos grandes investimentos e empréstimos chineses - sem muitas das condições impostas pelas potências ocidentais- são bem recebidas pelas lideranças e elites africanas, principalmente as de Estados não democráticos.

2.1 - Os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica

Ainda na década de 1950, quando o mundo era dividido pela Guerra Fria, a China já começava a desenhar sua estratégia de aproximação dos países africanos. Em 1955, na Conferência de Bandung, Indonésia, o então Primeiro Ministro e Ministro do Exterior chinês, Zhu En-lai, conheceu alguns líderes chineses, o que resultou o estabelecimento de relações diplomáticas, ainda na década de 1950, com o Egito, o Marrocos, a Argélia, o Sudão e a Guiné (OLIVEIRA, 2007).

A Conferência de Bandung também é famosa quando se trata da diplomacia chinesa, pois nela foi lançada uma estratégia diplomática utilizada até hoje pela China. Zhu En-lai anunciou ali os “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”. Estes princípios são até hoje um guia para o relacionamento da China com outros países, principalmente com os países africanos. São eles: respeito mútuo à soberania e à integridade nacional, não agressão, não intervenção nos assuntos internos, igualdades e benefícios recíprocos e coexistência pacífica.

É importante destacar estes cinco princípios, pois até hoje a China segue o mesmo discurso quanto ao respeito à soberania, à não intervenção ou ingerência nos assuntos internos. No caso africano, especificamente, a China tem utilizado o discurso de relações “win-win”, de forma a transparecer o princípio de igualdades e benefícios recíprocos. Um ponto em que diversos autores concordam é que uma das únicas exigências políticas chinesas perante os paí-

⁴ Transmitidas principalmente a partir das agendas da União Africana e do Plano Nepad

ses africanos em troca de sua parceria é o não reconhecimento de Taiwan (ALDEN, 2009; ASHAN, 2006; RYSDYK, 2010).

Esta postura chinesa, porém, não é bem recebida pelos países ocidentais e por parte da sociedade africana. O concerto que resultou-se com o fim da Guerra Fria entre Estados Unidos, Europa e Japão promoveu nas instituições internacionais, em especial, nas financeiras, o conceito de “boa governança”⁵, que era direcionado para os países em desenvolvimento, sobretudo aos países africanos. A boa governança promovida pelos países e instituições ocidentais tinha dois princípios essenciais a serem seguidos: economia de livre mercado e política democrática liberal. Portanto, os países que almejassem interagir internacionalmente deveriam seguir os preceitos ocidentais.

Neste sentido, a China tem sido muito criticada por negociar com regimes patriarcais não democráticos, principalmente por tratar diretamente com elites corruptas ou líderes tiranos, o que impede que os benefícios das relações sejam socializados e gerem riquezas para a população africana, em geral. Entretanto, a tradição diplomática chinesa, que completa 60 anos, de relacionar-se com os países estrangeiros a partir dos cinco princípios de coexistência, “explica comportamentos dos chineses diante dos regimes em existência na África, por vezes criticados no Ocidente” (OLIVEIRA, 2007, p. 2).

2.2 - A tridimensionalidade da política externa chinesa

Alden (2009) aponta que a política externa chinesa para a África ocorre tridimensionalmente - por relações bilaterais, por uma agenda estabelecida através da FOCAC e também multilateralmente. Além dessas dimensões, também é importante destacar que as províncias chinesas podem estabelecer relações diretas com os países africanos, assim, tem-se também uma dimensão paradiplomática⁶.

A dimensão bilateral engloba a maior parte das relações com os países africanos, neste nível são estabelecidas a maioria das políticas de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento, assim também como a chamada diplomacia de recursos. O problema destas relações serem

⁵ De acordo com o site goodgovernance.org.au, o conceito de boa governança diz respeito à maneira de tomar decisões a partir dos melhores meios possíveis, sendo as características dessa tomada de decisão: accountability, transparência, respeito às leis, responsabilidade, equidade e inclusão.

⁶ Refere-se a maior autonomia e independência de cidades, municípios, províncias ou qualquer outra unidade de governo subnacional para relacionar-se internacionalmente a partir de interesses próprios.

dadas principalmente no nível bilateral é que as autoridades chinesas negociam diretamente com os líderes africanos, o que pode tornar os frutos dessas negociações concentrados e não socializados, ou mesmo acontecer por meios corruptos e não de forma transparente para toda a população. Por outro lado, permite que os líderes negligenciados pela comunidade internacional tenham uma alternativa de interação.

Na dimensão bilateral também ocorrem a maior parte das relações paradiplomáticas, que desde a abertura econômica chinesa dos anos 1970 que deu mais autonomia para os governos das províncias, vem se tornando uma prática comum quando se trata da internacionalização chinesa.

Na dimensão do FOCAC, o Fórum de Cooperação China-África, que foi estabelecido em 2000, estão dispostos os compromissos de cooperação regional dos líderes chineses com seus respectivos africanos. O FOCAC, entretanto, serve mais como uma base retórica para o que se negocia, pragmaticamente, na dimensão bilateral. O discurso positivo dos FOCACs anunciam o compromisso e amistosidade da parceria Sino-Africana, evidenciando sempre que estas relações são livres de condições políticas e servem aos interesses dos dois lados. (ALDEN, 2009, p.31). Importantes ações para a parceria sino-africanas são anunciadas neste âmbito da FOCAC, como exemplo disto, temos o anúncio do perdão das dívidas de 33 países africanos, no FOCAC de 2006.

Na dimensão do multilateralismo, Alden (2009) aponta que a China aprecia a retórica do panafricanismo, transporecida pela União Africana e pelo Plano Nepad e que a diplomacia chinesa entende a importância que o panafricanismo possui para o continente, de forma que está sempre na tentativa de incluir os princípios da UA e do Plano Nepad nas práticas e discursos, sobretudo no âmbito do FOCAC. Ainda, é importante destacar que a China tem contribuído às instituições africanas no que concerne a construções de sedes e prédios públicos.

A multidimensionalidade abordada por Chris Alden (2009) demonstra falhas no comprometimento da diplomacia chinesa com os ideais e instituições do regionalismo panafricano. Neste sentido, os interesses chineses se sobressaem, o que deixa em questão se as relações estabelecidas com a China podem mesmo ser classificadas como relações de ganho mútuo, ou como o discurso chinês tem utilizado, relações “win-win”.

2.3 - Flexigemonia Chinesa

Pádraig Carmody e Ian Taylor (2011) estabelecem um paralelo entre as abordagens chinesas e ocidentais, sobretudo a dos Estados Unidos, no que se refere a presença nos países africanos e ao modo de relacionar-se com eles. Estes autores apontam que a China comporta-se de forma contrária aos Estados Unidos que, após o fim da Guerra Fria onde ascenderam como potência hegemônica, começaram a promover “através das instituições internacionais financeiras e através de sua diplomacia bilateral e programas de ajuda uma visão particular sobre o que constituía ‘boa governança’ nos Estados africanos.” (CARMODY; TAYLOR, 2011, p. 76 [tradução livre]).

Neste sentido, esses autores desenvolvem o termo “flexigemony” para explicar a estratégia chinesa que modela-se de maneira flexível a partir dos contextos de cada país da África, e não de maneira fixa. É uma estratégia flexível pois responde às diferentes formas políticas encontradas na África de maneiras diferentes, podendo adotar posturas de clientelismo, proxy force ou hegemonia (2009, p.2), utilizando tanto de soft power como seu hard power (2011, p. 75). Os atores chineses adaptam suas estratégias para que possam encaixar-se às particularidades históricas, políticas, econômicas, sociais e geográficas de cada país da África, o que permite que suas relações fluam tanto com democracias como a África do Sul, como com estados autocráticos como o Zimbábue.

O tipo de relação que os Estados Unidos estabelecem com a África é tratado pelos autores como a combinação entre coerção⁷ e consentimento para se atingir padrões neoliberais⁸ e normalização. Desta forma, os Estados Unidos, assim como outras potências ocidentais, se aproveitariam da sua posição vantajosa dentro das relações verticais “Norte-Sul” estabelecidas com os países africanos, para impor valores e princípios ocidentais, como a economia de livre mercado e a democracia.

Taylor (2007) afirma que as elites africanas concebem a parceria com a China de forma tão positiva, pois além de ser uma alternativa que foge das imposições hegemônicas do

⁷ Segundo Leoni (1993), coerção define-se como o ato de induzir, pressionar ou compelir o outro a fazer algo utilizando-se da força, intimidação ou ameaça.

⁸ Privatização, livre mercado, redução do papel do Estado, desregulamentação, dentre outros padrões de cunho liberalizante.

ocidente, é também uma forma de perpetuação do status quo dos sistemas e governança política africana.

A China, ao contrário dos Estados Unidos e de outros países e instituições ocidentais, não se preocupa com as mudanças políticas na África, é muito mais importante fazer com que suas parcerias com os países africanos funcionem, independente dos seus respectivos sistemas políticos. “Rather than seeking societal transformation [...] the Chinese focus on two core aims: natural resource and market access, and cultivation of key support constituencies” (CARMODY; TAYLOR, 2011, p. 79).

O pragmatismo Chinês de não tentar impor mudanças, mas sim de tentar trabalhar com as configurações já presentes na África é visto pelos dois autores anteriormente citados como uma estratégia muito próximo ao conceito de “smart power” tratado por Joseph Nye (2008).

Desta forma, o conceito de Flexigemonia é apresentado por Carmody e Taylor (2011) a partir de cinco pontos principais:

“[...] it prioritizes the economical over political and security concerns; It uses a combination of economic, political and military levers in flexible strategic combinations to ensure continued raw material supplies; It does not use direct military force to secure interests, but rather proxy sub-contracting and the use of direct economic power; It is domestic and international sovereignty-strengthening for partner states: that is to say, it is not normalizing, or standardizing, but works through extant institutions and diverse state-society formations; It is reinforced by frequent high-level state visits as a form of public diplomacy and to build inter-state trust [...]” (p. 79 e 80).

A estratégia flexível adotada pela China, que anos atrás representava um forte parceiro alternativo, permitiu que este país se tornasse, em 2009, o principal parceiro do continente africano, ultrapassando os Estados Unidos e a França que antes eram tidos como os dois maiores parceiros da África. A parceria sino-africana é hoje indispensável para ambos os lados desta relação. Embutidos nesta estreita relação estão os discursos chineses que apontam em direção a um passado comum de colonização e de relações horizontais "win-win", que ganha a simpatia não só dos líderes africanos, como de parte da sociedade africana.

2.4 - Ajuda chinesa na África

Deborah Brautigam (2008) trata em um dos capítulos do livro *China into Africa*, organizado por Robert I. Rotberg, sobre a questão da ajuda chinesa. Para a autora, a ajuda chinesa pode ser identificada desde a década de 1950, mas somente a partir dos anos 2000 os países ocidentais vêm se mostrando incomodados com o destaque da ajuda externa da China, no sentido de criticá-la pela falta de sustentabilidade e de condições que favoreçam a governança, os direitos humanos e o meio ambiente.

É evidente que a maior área da ajuda chinesa é a de infraestrutura, ainda em 1976, a China concluiu a Ferrovia Tanzânia-Zâmbia (Tanzam). A autora aponta, entretanto, que a maior parte da ajuda chinesa no continente africano é dada em projetos de tamanho médio ou pequeno, como por exemplo a construção de prédios de administração pública, clínicas, hospitais, centros culturais, projetos na área de agricultura, estradas e pontes.

Desde a década de 1960 a China baseia sua ajuda em oito princípios, dentre os quais igualdade, benefício mútuo e respeito à soberania do país que recebe a ajuda são os principais. Para Brautigam, o histórico de ajuda da China é justificado sobre dois pilares: uma tradição que existe desde os tempos imperiais e também para expressar seu soft power.

Segundo a Brautigam, a ajuda recebida hoje pela África está dentro da estratégia chinesa de tornar-se global iniciada em 1995. A estratégia de ajuda se tornou um instrumento chave para o desenvolvimento da cooperação “win-win” e para a busca de parceiros estratégicos. No continente africano, a ajuda é um dos caminhos que facilita o acesso aos dois principais combustíveis do crescimento chinês: comércio e fontes de energia.

Para estreitar as relações com a África, em 2000 foi lançado o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), o que aproximou mais ainda o continente africano da China. No encontro do FOCAC de 2006, a China anunciou um plano ambicioso para os três anos seguintes, dentre as metas estavam a criação de 4000 bolsas de estudos nas universidades chinesas para africanos, a construção de 30 hospitais e 30 centros de prevenção e tratamento de malária, o envio de 300 voluntários chineses para trabalhar no continente e a disponibilização de \$6 bilhões em empréstimos e créditos.

Segundo a definição de ajuda⁹ do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a maior parte da “ajuda” chinesa não pode ser classificada como ajuda, mas sim como outra categoria estabelecida pelo CAD, chamada Outros Fluxos Oficiais (OFO), esse termo se refere às riquezas que vêm de governos mas não podem ser classificadas como ajuda.

⁹ Define-se como Assistência Oficial ao Desenvolvimento, segundo um consenso do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento, subsídios ou empréstimos que são destinados principalmente para promover o desenvolvimento no país beneficiário, e que são compostos de, pelo menos, 25 por cento de subsídios.

CAPÍTULO 03 - As empresas chinesas na África

Outra controvérsia da relação chinesa com a África é a presença de grandes, médias e pequenas empresas de origem chinesa na África. Alden (2009) aponta que apesar da presença das multinacionais chinesas ser o que protagoniza a questão das empresas no cenário africano, são as empresas de porte pequeno que modificam de forma mais intensa a configuração das cidades e áreas rurais africanas.

Nas áreas de grande competitividade, como a petrolífera, os especialistas chineses apontam que suas multinacionais ainda não possuem experiência suficiente para competir com as grandes empresas ocidentais, que já são acostumadas com mercados abertos. Nos mercados mais fechados, entretanto, as empresas chinesas possuem uma estratégia muito apurada, baseada nos seguintes pontos apontados por Alden (2009): vantagem política competitiva, vantagem econômica competitiva, diplomacia e assistência ao desenvolvimento.

Neste sentido, as multinacionais chinesas possuem vantagem sobre as demais empresas por não questionarem as posições políticas dos países, por produzir com custos mais baixos, por exemplo utilizando a mão de obra chinesa menos qualificada, e também por meio de uma diplomacia amigável aliada a programas e obras de desenvolvimento.

As empresas ligadas a energia e petróleo são, evidentemente, as que mais se destacam, e ao lado das empresas de construção e infraestrutura vêm modificando os cenários econômico e social africanos. O ponto crítico a presença dessas empresas se dá, principalmente em Estados com deficiências regulatórias e institucionais, pois diante à falta de uma legislação que regule a instalação e o funcionamento dessas empresas, elas acabam tendo mais liberdade para operar segundo seus interesses individuais. Uma grande crítica é o uso da mão de obra chinesa, por ser mais barata, e também a falta de leis trabalhistas que garantam segurança e estabilidade aos trabalhadores.

Empresas chinesas menores, em especial comércios pequenos ou lojinhas, têm se multiplicado nos países africanos, incluso nas áreas rurais. Esses comércios conduzidos, em sua maioria, por famílias imigrantes chinesas, além de terem chegado a áreas que antigamente não possuíam nenhum comércio, também permitiram às populações mais pobres o acesso a produtos que elas antes nem imaginariam poder comprar, já que esses produtos chineses tem um preço muito mais baixo que os produtos concorrentes. Por outro lado, a presença das peque-

nas e médias empresas de origem chinesa na África representam uma ameaça às empresas, às indústrias e aos produtos locais, que acabam sendo mais caros que os chineses.

3.1 - A estratégia “*Going global*” chinesa

De acordo com Masiero e Coelho (2014), os resultados econômicos atingidos pela China nos primeiros anos do século XXI indicam o papel fundamental da indústria no crescimento chinês, que entre 1990 e 2009 teve uma média anual de 12%, enquanto a média de crescimento do resto do mundo foi, no período, de 2% ao ano (p. 144). Neste mesmo período, a média de participação da indústria no PIB Chinês foi de 46%, enquanto a média mundial anual foi de 29%.

Os autores indicam que os “expressivos resultados atingidos pelos chineses são frutos de uma nova trajetória de crescimento, direcionada, sobretudo, por uma estratégia *going global*, caracterizada por forte e agressiva inserção de suas empresas e negócios em terceiros mercados” (MASIERO; COELHO, 2014, p. 140). Alden (2009), classifica a indústria e as multinacionais chinesas como a vanguarda da China contemporânea (p. 37).

A mudança na postura das empresas chinesas deu-se a partir de 2001 quando o governo Chinês lançou a estratégia *Going global* ou *Going out*, com o intuito de encorajar suas grandes empresas a investirem fora. A estratégia tinha cinco objetivos principais: aumentar o Investimento Direto Estrangeiro¹⁰ (IDE) chinês, diversificação de produtos, melhorar o nível e a qualidade dos projetos, expandir canais financeiros considerando o mercado nacional e promover o reconhecimento das marcas das companhias chinesas nos Estados Unidos e na Europa.

Neste sentido, para tornarem-se companhias multinacionais bem sucedidas e reconhecidas, as multinacionais chinesas deveriam atingir quatro passos apontados por Alden:

“first, to build upon and leverage their commercial success in the domestic market; second, gain access to a global supply chain through trade; third, raise finance on the Western-dominated capital markets to pursue mergers and acquisitions, which are central to their global strategy; and last, obtain management skills and technology to enable them to remain at the cutting edge of the global economy” (2009, p.40).

¹⁰ De acordo com Andrea Wolffenbüttel (2006), Investimento Externo Direto (IED) é “é todo aporte de dinheiro vindo do exterior que é aplicado na estrutura produtiva doméstica de um país, isto é, na forma de participação acionária em empresas já existentes ou na criação de novas empresas.”

Os resultados da estratégia *going global* foram obtidos rapidamente, Appel e Costa (2014) demonstram que segundo dados do Ministério do Comércio da China, em 2011, as multinacionais chinesas atingiram o valor de 75 bilhões de dólares em IDE, já haviam mais de 13.500 empresas chinesas em 177 países e um grande capital acumulado no exterior (p. 67 e 68).

O suporte estatal¹¹ dado pelo governo chinês tornou suas empresas muito competitivas, principalmente nos mercados em desenvolvimento. O continente africano, rico em recursos naturais e com um mercado consumidor com muita potencialidade, é um local perfeito para a instalação dos negócios internacionais chineses.

Em 2009, segundo Alden já existiam mais de 800 multinacionais estatais chinesas em territórios africanos. Em 2011, somente 4% do IDE chinês foi para a África, mas ainda assim Appel e Costa dizem que não se pode subestimar a importância do estoque de 15 bilhões de dólares investidos na África (2014, p. 69) e criticam a tentativa de outros autores em atribuir o IDE chinês na África aos interesses de extração de recursos naturais, demonstrando que o IDE chinês é muito mais diversificado do que o dos Estados Unidos, por exemplo.

Por outro lado, Broadman (2008) argumenta que, apesar dos investimentos chineses estarem distribuídos em outros setores, como o de construção, infra-estrutura e transportes, a maioria desses investimentos estariam voltados diretamente para corroborar com a atividade de extração de recursos. Além disso, os países que concentram as maiores quantidades de IDE chineses são exatamente aqueles produtores de petróleo.

3.2 - As multinacionais chinesas

No período de instituição da República Popular da China, em 1949, este país passou quase quarenta anos isolado do resto do mundo. A experiência de isolamento fez com que o próprio governo desenvolvesse grandes empresas que suprissem as necessidades chinesas, de modo a não depender de importações. Ao mesmo tempo que essa iniciativa criou fortes e competitivas empresas no cenário interno da China, essas grandes empresas não tinham nenhuma experiência internacional, assim sendo pouco competitivas no mercado externo.

¹¹ Ao longo de seu período isolacionista, que durou desde o final da década de 1940 até os anos 1980, o Governo Chinês proporcionou um forte suporte a suas empresas, para que estas pudessem ser competitivas no mercado interno e também pudessem suprir as necessidades domésticas chinesas.

A estratégia de levar essas grandes empresas chinesas para o exterior, chamada de *going global*, fez que essas empresas rapidamente adentrassem quase todos os países do mundo, como já foi argumentado em outra seção, porém com a falta de experiência internacional dessas empresas, elas tendem a preferir os mercados dos países em desenvolvimento, que são menos competitivos e também possuem demandas maiores que ofertas. O mercado africano encaixa-se perfeitamente nessa manobra das grandes empresas chinesas, é por isso que a questão das multinacionais chinesas na África é um dos destaques da presença chinesa no continente.

A competitividade interna que as empresas chinesas possuem também pode ser observada externamente quando se fala de África, isso porque a China consegue manter os dois mais importantes fatores que corroboram para a sua competitividade também em território africano, são eles: o modelo de suporte estatal e os baixos custos de produção.

As empresas chinesas tem um grande incentivo do Estado para se internacionalizarem, de acordo com o *Estratégias corporativas comparadas*, do CMI¹², as estratégias de baixo custo de produção chinesas envolvem a utilização de mão de obra não qualificada e disciplinada e baixos custos de produção.

A abordagem das multinacionais chinesas em território africano é criticada pelos países e organizações internacionais ocidentais e também por parte da sociedade civil africana, por sua falta de sustentabilidade, pelos tipos de práticas laborais e pela falta de estratégias de desenvolvimento local.

As grandes multinacionais chinesas nas áreas de construção e infra-estrutura já são uma característica da crescente presença chinesa na África, assim como são os questionamentos sobre o tipo de mão de obra utilizada nelas, já que estas empresas possuem uma tendência de empregar seus nacionais (ALDEN, 2009, p. 45). Para Alden, a justificativa que as empresas dão para contratar seus nacionais, embasada nos custos mais baixos, na produtividade e nas afinidades culturais, não é condizente quando se avalia o desemprego local na África (2009, p.45).

Já para outra parcela da sociedade africana, o desempenho e competitividade das multinacionais chinesa representam uma boa solução para os problemas, sobretudo infraestrutu-

¹² CMI (Chr. Michelsen Institute) é um instituto independente de pesquisas de desenvolvimento norueguês, suas pesquisas tem foco na temática dos desafios globais e oportunidades nos países em desenvolvimento,

rais dos países africanos. A Angola, por exemplo, que após o fim da sua longa guerra civil utilizou-se da parceria com o governo e com as empresas chinesas para reconstruir-se.

O conceito de responsabilidade social das corporações é um pouco controverso quando se fala de multinacionais chinesas na África. Este conceito traduz o comportamento de empresas que, ao estabelecerem suas atividades em certo local, incorporam nos seus negócios e na sua interação com os demais atores que envolvem sua atividade no local (governos, instituições, clientes, empregados) um compromisso com questões sociais e ambientais, ou seja, prolongam os seus objetivos além dos econômicos.

Para Tang, Li e Lee, este conceito está fortemente atrelado a uma tradição ocidental de liberdade, democracia e cidadania. As empresas chinesas não se identificam com esses valores pregados pelo ocidente, e pautam-se por interesses comerciais, colocando em segundo plano a responsabilidade social.

Rysdyk aponta que além da vantagem competitiva que possuem, as empresas chinesas fornecem aos prováveis países parceiros atrativos que acabam resultando em relações comerciais sólidas e de longo prazo. “Grandes investimentos em infraestrutura, crédito de longo prazo, cancelamento de dívidas e oferecimento de ajuda humanitária fazem parte do “pacote” chinês oferecido para [...] países do continente africano, os quais são ricos não só em recursos energéticos como em muitas outras fontes de matérias-primas” (RYS DYK, 2010, p.9).

3.3 - Empresas menores

Alden argumenta que enquanto as multinacionais chinesas chamam bastante atenção do Ocidente e da mídia, são as médias e pequenas empresas que realmente estão movimentando o palco africano (2009, p.47). Ainda segundo Alden, muitas das empresas médias são estatais e fazem parte da estratégia de empresas maiores em estabelecer subsidiárias no exterior. As pequenas empresas, por sua vez, chegam aos países africanos a partir da visão de vantagem comparativa dos produtos manufaturados chineses sobre os produtos africanos, como por exemplo, roupas, calçados e bicicletas (2009, p.47).

O primeiro contato dessas empresas nos territórios africanos foi a partir de mercados que já tinham sido adentrados por empresas taiwanesas. Como cita Alden (2009), na Mauritânia e na Nigéria, os chineses aproveitaram-se das redes das empresas de Taiwan para estabe-

lecerem-se nas áreas de fabricação de roupas e peças de carro de segunda mão, já na África do Sul e em Lesotho, as empresas chinesas da área têxtil começaram seus negócios nas regiões onde os taiwaneses já haviam se estabelecido desde a década de 1970 (p. 47).

A chegada das pequenas e médias empresas chinesas nos países africanos implica uma consequência negativa para os negócios africanos, tanto de importações, como de produção. É negativa para os negócios de importação locais, pois possuem *networks* e cadeias de fornecimento em sua terra natal, já no caso da produção, é negativo pois como oferece produtos com o custo mais baixo (por muitas vezes, qualidade mais baixa também), resulta na queda da competitividade dos produtos locais, ameaçando a continuidade da produção (ALDEN, 2009, p. 48). Na Nigéria, por exemplo, 80% das fábricas têxteis foram fechadas e aproximadamente 250.000 nigerianos ficaram desempregados (idem, p.49).

Ao mesmo tempo que se percebe uma preocupação acerca da chegada crescente destas empresas chinesas, há um entusiasmo sobre a presença delas na África, uma vez que elas proporcionam maior acessibilidade a novos produtos e bens. Alden usa o termo “proliferação” para abordar a abertura dos comércios chineses que vendem uma grande variedade de produtos, esses se multiplicam a cada ano (2009, p.49)

Zhu Wenjun (2010) aponta que a positiva perspectiva do mercado africano chama a atenção das empresas chinesas, entretanto muitas delas não sabem como adentrar em um mercado tão grande por falta de conhecimento sobre o continente, sobretudo sobre as políticas locais quanto aos investimentos estrangeiros.

Segundo Wenjun, aproximadamente 1.600 empresas investiam na África em 2010, em sua maioria, pequenas e médias empresas, atuando principalmente nos setor de varejo. Para fomentar esta relação, em novembro de 2009, no terceiro FOCAC, o governo chinês se comprometeu a ampliar o fundo de desenvolvimento sino-africano para 3 bilhões, com o propósito de apoiar os investimentos chineses no continente africano, principalmente das empresas de menor porte.

A declaração de 2010 do presidente da Agência para Promoção de Investimentos do Burundi, Liberat Mfumukeko, demonstra como algumas parcelas das sociedades africanas enxergam de forma positiva a presença das empresas chinesas. Segundo ele, “ Damos atenção a todos os investimentos ao Burundi, sobretudo aqueles que vêm da China. O Burundi impor-

ta muito da China. Ficaremos muito contentes caso os produtores chineses levem seus investimentos ao nosso país”.

A mesma recepção positiva é transparecida pelo diretor responsável pelos investimentos do Ministério do Desenvolvimento e Cooperação Internacional da Tunísia, Noureddine Zekri, que fala sobre o esforço do seu departamento para atrair as empresas chinesas: “Nosso site já tem versão em chinês. Todas as informações têm uma versão chinesa. É fácil para os investidores chineses acharem o que precisam”.

Uma reportagem online da *Macauhub*¹³, de março de 2014, chama atenção para a tendência da privatização dos investimentos chineses na África, no sentido de que o movimento inicial feito pelas grandes empresas estatais chinesas agora está sendo protagonizado por empresas menores e privadas.

3.4 - Os produtos chineses na África

A África, assim como o Brasil e muitos outros países e regiões em desenvolvimento, foi atingida pelo grande fluxo dos produtos chineses. O fenômeno dos produtos chineses resultou em um suposto enriquecimento das populações dos países mais pobres e em desenvolvimento, no sentido de que permitiu acesso à produtos e maior poder de compra principalmente para camadas sociais mais pobres que antes não possuíam poder de compra algum.

Os baixos custos de produção chineses e também a baixa qualidade dos produtos, permite que os produtos finais cheguem ao consumidor a um preço extremamente inferior aos produtos equivalentes produzidos por outros países. Ainda, a imigração chinesa permitiu que muitos comércios familiares e pequenos chineses que fornecem uma variedade enorme de produtos de seu país de origem fossem abertos, até mesmo em vilas e áreas rurais.

Esses dois fatores combinados resultaram em uma socialização ao acesso desses produtos, o que transformou radicalmente a vida dos africanos, mesmo que muitos deles se posi-

¹³ O Macauhub se autodefine como “um serviço gratuito de notícias, sediado em Macau, que distribui informação econômica sobre a região do Grande Delta do rio das Pérolas, no Sul da República Popular da China, e os países de língua oficial portuguesa de modo a apoiar governos, instituições e empresários na compreensão das potencialidades existentes para negócios e investimentos. Integra uma equipa de profissionais espalhados pela Ásia, América do Sul, Europa e África, que produz informação em chinês, português e inglês sobre a região chinesa [...] O Macauhub é mais uma das ferramentas de que o Governo de Macau dispõe para concretizar o seu papel de ligação e de potenciador de negócios entre a República Popular da China e os países de língua oficial portuguesa.” - retirado do site: <http://www.macauhub.com.mo/pt/Quem-somos-nos/> em 20/11/2014.

cionem contrariamente a presença dos chineses nos seus países. Um agricultor, anos atrás, não tinha condições de comprar um tênis, porque além de ser um produto americano ou europeu muito caro, ele ainda tinha que se locomover até as grandes cidades para encontrar uma loja que o vendesse. Atualmente, a maioria dos africanos já pode encontrar a uma distância curta, produtos que, mesmo com qualidade inferior, possuem um preço acessível.

Controversamente, a presença dos produtos chineses na África vem sendo uma ameaça às indústrias e comércios locais, já que os produtos manufaturados africanos possuem um custo de produção muito mais elevado. O baixo preço dos produtos da China tornam a produção manufatureira africana não atraente por sua falta de competitividade.

2.5 - Obras de Infraestrutura

Um dos pontos mais notáveis da presença chinesa no continente africano é a construção e a realização de grandes obras de infraestrutura. Os chineses não só realizam obras que estão diretamente conectadas a seus negócios, como por exemplo a construção de portos e de plataformas de petróleo, como também estão envolvidos na construção de escolas, estádios esportivos, prédios públicos e palácios para os governos.

Stephanie Rupp (2008) identifica que as relações “trade and aid” já eram o tipo de estratégia utilizada pelos países ocidentais no continente africano, os projetos de desenvolvimento social e infraestrutural eram aliados às relações comerciais e econômicas com o propósito de não serem caracterizadas como predatórias, mas sim mutuamente benéficas. Na última década do século XX, entretanto, esses projetos de desenvolvimento para a África começaram a ser esquecidos pelos países ocidentais, principalmente porque com o fim da Guerra Fria, os países africanos deixaram de ser tão atraentes como região de influência para os Estados Unidos e outros países europeus.

Desta forma, Rupp aponta que os investimentos em infraestrutura chineses foram essenciais para “*the betterment of the lives of African communities*” (RUPP, 2008, p. 73). A autora aponta que a maioria das obras na África realizadas pelos chineses estão diretamente relacionadas ao próprio interesse chinês em facilitar o transporte dos recursos explorados, principalmente do petróleo.

As obras relacionadas a melhoria de vida dos povos africanos ficam em segundo plano e são construídas em menor escala, mas ainda assim são importantes. São escolas, hospitais,

prédios públicos, estádios, centros especializados no combate à malária, dentre outros programas sociais, como envio de professores voluntários chineses. As elites africanas são as mais beneficiadas com estes projetos chineses, sobretudo porque as obras realizadas podem ser atribuídas aos governos africanos que negociam com os chineses.

A presença da China na África no nível de realizações de obras de infraestrutura também é controversa. Por um lado, os países africanos possuem uma grande necessidade destas obras grandiosas oferecidas pela China, que são bem vistas pelas elites africanas pois não se dão a partir de todas as condicionalidades das obras realizadas pelos países ou organizações ocidentais. Em 2012, por exemplo, foi inaugurada em Addis Abeba a nova sede da União Africana, a obra, calculada aproximadamente em US\$ 200 milhões, foi um donativo amistoso do governo chinês.

Por outro lado, parte da sociedade civil organizada africana concebe essas obras a partir de uma perspectiva negativa, já que realizados com uma rapidez incrível, os projetos estruturais chineses não consideram os impactos ambientais e sociais em suas obras. Em alguns casos, a sociedade também enxerga, na realização destas obras, o apoio dos chineses aos governos despóticos.

CAPÍTULO 04 - Os povos chineses na África

4.1 - As ondas de imigração chinesa na África

Seguindo o fluxo dos negócios chineses que avançam o território africano, os povos chineses também chegaram à África, os números são tão significativos que a questão dos imigrantes chineses já é um dos pontos chave a se considerar quanto ao estudo das relações sino-africanas. Entretanto, este fenômeno de emigração de chineses para o continente africano não é algo totalmente novo.

Segundo Chris Alden (2009) a presença chinesa no continente africano pode ser entendida a partir de três grandes ondas de imigração, sendo esta atual a terceira. Assim, os africanos, supostamente, já estariam acostumados a certa presença dos chineses, embora o que na prática acontece é o movimento contrário. Ainda de acordo com Alden, cada uma dessas ondas é distinta das outras, pois, representam momentos, interesses, habilidades e perspectivas diferentes por parte dos imigrantes (2009, p.50). Consequentemente, cada onda obteve uma resposta diferente, por parte da sociedade africana e por parte dos próprios chineses.

A primeira onda apontada por Alden ocorreu ainda no século XIX, concomitantemente ao imperialismo europeu no continente. Os imigrantes desta onda se espalharam pelos países da África meridional e por Madagascar, construíram “*chinatowns*” nas cidades maiores e, em sua maioria, chegavam à África para trabalhar. Eram vistos pelos colonizadores como uma mão de obra forte e ética, em contraste com os trabalhadores africanos (2009, p.51). Muitos deles foram mandados de volta para a China logo após o término de seus contratos de trabalho, já que os governos locais os viam como uma ameaça econômica por sua competitividade.

A segunda onda, por sua vez, é representada pela migração pós colapso da República da China e o estabelecimento da República Popular da China em 1949 (ALDEN, 2009, p. 51). Neste momento, os chineses se alocaram nos países francófonos africanos. Ainda fazem parte desta segunda onda, para Alden, os imigrantes chineses que participavam da cena africana nos anos 1960 e 1970. Neste caso, eram técnicos e trabalhadores enviados por Pequim a partir de uma estratégia ideológica de ajuda. Como na primeira onda, a maioria foi repatriada de volta para a China após o fim dos seus contratos de trabalho, embora que alguns médicos e especia-

listas da agricultura permaneceram, mas sem estabelecerem uma presença física significativa (2009, p.51).

É importante destacar que ainda nos anos 1970, os taiwaneses conseguiram estabelecer fábricas em território africano, sobretudo na África do Sul e a presença das comunidades taiwanesas se tornou importante, pois como dito no capítulo anterior, muitos chineses, hoje, substituem os mercados conquistados anteriormente pelos taiwaneses.

A terceira onda, que de acordo com o autor está acontecendo agora, é formada por imigrantes de toda a China. Alden divide esses chineses em três categorias:

“Some appear to have been laborers linked to Chinese government projects in areas such as infrastructure development or the petroleum industry. Others follow the time-honoured process of following family members to a new country and working within their established business. Another group are pursuing opportunities and have used ‘migrant brokers’, both legal or illegal, to obtain the necessary paperwork to immigrate to Africa” (2009, p.52).

Ao contrário da segunda onda, esses primeiros imigrantes que são enviados pelo governo chinês para trabalhar, não representam mão de obra qualificada e representam uma parcela mais pobre da população chinesa. Alden argumenta que os governos das províncias utilizam a migração como uma das políticas de desenvolvimento, no sentido de que enviar as parcelas mais pobres também é uma maneira de elevar os níveis de desenvolvimento. Ainda que haja esta estratégia de desenvolvimento por parte do governo chinês, Bukkenborg (2012) defende que a China não possui uma grande estratégia de expansão para a África e que a maioria dos chineses que migram para o continente atualmente o fazem por conta própria.

Essa perspectiva apontada por Alden contrasta com a ideia que alguns estudiosos têm defendido de que a migração chinesa é, atualmente, um movimento de uma parte mais rica da China que sai para outros países, em especial os desenvolvidos, em busca de melhor qualidade de vida, principalmente em relação às condições ambientais.

4.2 - A terceira onda de imigrantes chineses

O crescimento da população chinesa na África, nos primeiros anos deste século, é algo que chama a atenção. Os números em países como a África do Sul e a Nigéria, quando se trata de chineses, são muito significativos e demonstram que, em poucos anos, houve um grande

umento, que não só atrai a preocupação dos povos africanos, mas em outros casos, a aprovação e até mesmo certa admiração.

A partir dos dados indicados por Alden, pode-se observar que na África do Sul, a população de chineses cresceu de 10.000 para 120.000 pessoas, entre 1980 e 1998. Entre este último ano e 2006, os números são ainda mais impressionantes, estima-se que em 2006 a população de chineses na África do Sul era de aproximadamente 400.000 pessoas.

Na reportagem da CBN “Brasil e China disputam África”, divulgada em julho de 2010, o comerciante chinês Wang Jen-je em sua entrevista declara que “a competição na China é muito grande, aqui na África do Sul encontramos mais oportunidades”. Esta mesma reportagem, que trata da presença dos chineses, sobretudo na África do Sul, mostra que somente em Joanesburgo existem pelo menos três shoppings exclusivamente chineses.

A presença dos pequenos empresários nos países africanos já é uma realidade comum, embora o modelo chinês empregado nestas empresas não seja ainda aceitado socialmente. Na reportagem de agosto de 2012 da Carta Maior “As conflituosas relações da China na África”, Marcelo Justo fala sobre as discrepâncias do modelo chinês que chegam aos países africanos junto com os pequenos empreendedores e seus respectivos negócios. Nesta reportagem ele apresenta um pequeno empreendedor chinês, Wang Jinfu, “que chegou a África do Sul com sua esposa, uns três mil dólares de capital e uma vontade de ferro” (como colocar referência?). Segundo Wang Jinfun, a relação que tem com os seus empregados está longe de ser escravista, ele mesmo trabalha muito mais que seus empregados e dorme em um colchão dentro de sua fábrica.

Na Angola, além dos empreendedores chineses, agricultores da China estão comprando terras e sua produção não é direcionada apenas para os seus nacionais, mas para os angolanos também. De acordo com Alden (2009) é o próprio governo angolano que convida os agricultores chineses a seu país, afim de restaurar o setor agrícola angolano, que após anos de guerra civil, foi destruído e abandonado pelos angolanos. Segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês, a presença dos chineses no setor agrícola africano tem como objetivo a assistência técnica, de modo a desenvolver a agricultura local nos países africanos (XINHUA, 2011). É válido ainda destacar a informação citada por Alden (2009), que seria um plano do governo angolano convidar aproximadamente 3 milhões de chineses para migrar para a Angola.

Ainda que se saiba que o número de chineses nos países africanos aumenta a cada ano, é muito difícil de se conseguir os números exatos de imigrantes em alguns países. Na Namíbia, por exemplo, enquanto o governo declara a presença de aproximadamente 4.000 chineses em 2006, alguns insistiam que mais de 40.000 chineses residiam neste país. Na Zâmbia, os números oficiais do governo, em 2006, eram de 2.300 chineses, contra os números da oposição política que reivindicava uma população de 80.000 chineses (ALDEN, 2009, p. 52 e 53).

Alden e Chichava (2012) afirmam que “os chineses que emigram para África parecem ser pobres, com pouca formação e ambicionam escapar ao ambiente competitivo no seu próprio país. Trazem pouco capital e têm tendência a movimentar-se entre o comércio retalhista e grossista, dispersando-se pelas pequenas vilas da África rural” (p. 8).

A imigração chinesa também pode ser vista como um reflexo da chegada das grandes empresas chinesas. Estas empresas possuem um ritmo laboral muito singular, ao qual os africanos não estão acostumados, este ritmo laboral não diz respeito apenas às longas jornadas de trabalho, mas também a condições precárias para os trabalhadores. Tendo em vista esse modelo de produção com o qual as empresas chinesas já estão acostumadas a operar, as dificuldades de comunicação com os trabalhadores locais africanos e também algumas divergências culturais, estas empresas justificam a preferência pela mão de obra de seus nacionais e acabam trazendo não só suas instalações, mas também seus trabalhadores para o território africano.

Segundo Alden o desenvolvimento das pequenas e médias empresas chinesas em território africano, implicam também no aumento da imigração chinesa na África. Junto com os trabalhadores que chegam da China, chegam também uma variedade de chineses que trabalham em outros setores, mas que participam da dinâmica que existe por trás da mão de obra chinesa na África. Desacostumados com o ambiente africano, há uma demanda destes chineses por semelhanças à sua terra natal, assim, uma estrutura é criada com a finalidade de agradá-los. Esta estrutura é composta por cozinheiros que fazem refeições típicas chinesas, agricultores que mantêm pequenas plantações de verduras, frutas e outros alimentos tipicamente chineses, dentre outros trabalhadores que à margem da mão de obra das grandes empresas, garantem que mesmo em outro território, os chineses possam se sentir mais acomodados.

Elias Isaac, diretor de organização de direitos humanos “*Open Society Initiative*”, em uma entrevista concedida em 2012, fala que entre 2009 e 2010 aproximadamente 60 mil chi-

neses entraram em Angola, ao tratar da presença desses novos imigrantes, ele mostra os contrapontos da iniciativa chinesa de levar seus próprios trabalhadores, pois ao fazê-lo, não estariam gerando nenhuma riqueza para o povo angolano, esta prática resulta no retorno do dinheiro para a China.

4.3 - A recepção dos africanos

Como o último de seus pontos, este trabalho abordará a percepção das comunidades africanas sobre a presença da China em seus territórios, sobretudo sobre a presença dos chineses. Ainda que esta temática seja pouco abordada academicamente, percebe-se, através de reportagens, vídeos e entrevistas com os africanos, um sentimento dual quanto ao estreitamento das relações sino-africanas nas últimas duas décadas.

É evidente que muitos africanos acolhem calorosamente algumas das empreitadas chinesas em seus respectivos países. São construções de hospitais e centros de saúde, escolas, rodovias que, indubitavelmente, desencadearam certa melhoria de vida para parte da população africana, mesmo que para uma pequena parte. A tendência observada é que a maior aprovação sobre os chineses advém das elites africanas, pois são as camadas mais beneficiadas pelas relações sino-africanas.

As lideranças africanas também tendem a receber as relações com a China a partir de uma visão positiva, já que os chineses possuem não só um discurso de passado colonial comum que os aproxima, mas também têm uma tradição de não ingerência e respeito à soberania, além de uma maneira flexível de se relacionar com as diferentes realidades dos países africanos. Por estes motivos, as relações sino-africanas são indiscutivelmente atraentes para a África, que por tanto tempo teve (e ainda tem, em alguns casos) que se submeter as condicionalidades, intervenções e sanções dos países e instituições ocidentais.

Em uma reportagem¹⁴ disponível no site Youtube, publicada em junho de 2012, que trata sobre a presença dos chineses na África, em especial na Angola, um angolano é abordado na rua e perguntado sobre o que acha dos chineses, ele não hesita em dizer que se não fosse a presença chinesa, “eu não sei o que seria de nós”, e argumenta que os angolanos têm mui-

¹⁴ “The Chinese Colonizing Africa For Real Where The Europeans Fucked Up” - publicado em: 27/06/2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xuWDwf5j7as>.

to a aprender com os chineses, principalmente com a determinação laboral dos imigrantes chineses.

Nesta mesma reportagem, eles são levados por um jornalista local à uma cidade totalmente nova que foi construída pelos chineses, a cidade que comportaria milhares de angolanos está quase desabitada, já que os altos preços dos imóveis não são condizentes à realidade econômica dos angolanos. Além disso, milhares de angolanos que habitavam anteriormente o local, foram desalojados, suas casas foram destruídas e eles nem mesmo foram indenizados. Ao encontrar um desses angolanos que perdeu sua casa, ao ser perguntado sobre sua percepção dos chineses, sua resposta foi imediata “os chineses vieram com o seu dinheiro, seu equipamento, com tudo que é deles [...] trouxeram os ajudantes, trouxeram os mestres [...] e para os angolanos que podiam prestar os serviços, já não há espaço”.

Assim como transparecem estas duas entrevistas, há duas percepções dos povos africanos, uma positiva e uma negativa, acerca da presença dos chineses em seus países. Alden (2009) aponta que os africanos se sentem ameaçados diante a competitividade da mão de obra chinesa, que vem acarretando uma crescente nas taxas de desemprego dos países africanos. Este autor demonstra uma preocupação sobre esta rejeição dos africanos em relação aos chineses, temendo que, em um futuro próximo, possa se transformar em fortes sentimentos racistas e xenófobos.

Conclusão

Este trabalho representa um esforço de entender as relações entre a China e a África, que desde a década de 1990 vêm se intensificando e modificando o escopo político, social e econômico dos países africanos. A grande necessidade por recursos naturais e energéticos para sustentar o crescimento chinês é o grande motivo desta explosão nas relações sino-africanas. Segundo Jiang (2008), o comércio entre a China e a África cresceu 681% no período de 2001 à 2007, sendo menor apenas que o crescimento do comércio entre a China e a América Latina, que foi de 687% (p. 53).

Entretanto, a busca chinesa por recursos vem acompanhada de uma série de fatores que ultrapassam o comércio e que adentram outras esferas do cenário africano. Tendo isto em vista, foram estabelecidas três áreas principais de análise como guias para este trabalho, são elas: a área política - de formulação de política externa e de estratégias diplomáticas chinesas voltadas para os países africanos -; a área comercial, que trata da presença das empresas chinesas em território africano; e uma área voltada à presença dos chineses como imigrantes e à percepção dos africanos sobre eles.

O grande argumento deste trabalho é que por detrás da presença da China na África, seja ela na área política, econômica ou de migração, há uma dualidade entre vantagens e desvantagens, progresso e manutenção do status quo africano, cooperação e exploração, que divide as opiniões das sociedades africanas e também da comunidade internacional. Não há dúvidas de que a parceria com a China é uma alternativa para os países africanos, sobretudo quando comparada às relações com os países ocidentais, que tendem a exercer relações verticais, sempre impondo condições aos países africanos e os deixando em uma posição desfavorável. Por outro lado, as controvérsias que embalam as relações sino-africanas muitas vezes tornam o termo “parceria” não adequado para defini-las.

No plano político, fica evidente que a China não possui uma estratégia determinada para os países africanos, mas sim que vão se desenhando estratégias de acordo com as variadas realidades africanas e os próprios interesses chineses. A falta de estratégia pode transparecer uma falta de compromisso com o progresso africano, ou mesmo uma falta de compromisso com o seu discurso de relações mutuamente benéficas, já que em muitos casos os benefi-

os são mantidos nas mãos dos próprios chineses, em poucos são divididos com as elites africanas e raramente são socializados com toda a população. Nas palavras de Zweig e Jianhai (2005), “a política externa chinesa guiada pela busca de recursos naturais não dá espaço para moralidade” (p.31).

No plano comercial, entende-se que as empresas chinesas, juntamente com seus produtos de custo menor, significaram um aumento no consumo africano e também maior acesso das populações africanas a certos produtos, ao mesmo tempo que representam uma ameaça à produção local, que é mais custosa. O continente africano também representa, para muitos chineses, uma grande oportunidade, o que desencadeia o que Alden (2009) define como onda de imigração. A presença dos chineses nos países africanos já é notável e tem sido questão de discussão, apreciação e rejeição por parte da população africana.

Ainda que seja uma temática pouco explorada no campo das Relações Internacionais, a expansão chinesa no continente africano é um assunto muito pertinente ao escopo da disciplina, sobretudo por já transparecer o comportamento, os objetivos e os interesses chineses quanto a uma provável liderança econômica mundial. A China tornou-se, em poucos anos, um parceiro indispensável aos países africanos e isso é um prospecto do que acontece no resto do mundo.

Finalmente, conclui-se que para obter resultados que condigam à retórica chinesa de relações *win-win* e mutuamente benéficas com a África, a China deveria assumir uma postura de maior comprometimento com os países africanos, estabelecer uma estratégia definida que inclua o desenvolvimento sustentável, a preocupação com os impactos ambientais e sociais e, também, com a socialização dos benefícios das relações sino-africanas, fortalecer o cenário de negociações do FOCAC. Não demanda-se da China, no caso específico africano, uma postura hegemônica assim como assumiram anteriormente os Estados Unidos, mas que se comporte com a responsabilidade política e social que emana de seu poderio econômico.

Referências Bibliográficas

ALDEN, Chris. *China in Africa*. Zed Books, Nova York, 2009.

AMARAL, Gabriela Granço. *A “Ascensão Pacífica” na evolução da diplomacia chinesa nas últimas décadas*. In: Aurora, Marília, vol. 6, nº 1, jul-dez 2012, pp. 71-94.

ANSHAN, Li. China's New Policy toward Africa. In: ROTBERG, Robert I. *China into Africa: Traid, Aid and Influence*. Brookings Institution Press, Baltimore, 2008.

APPEL, Tiago Nasser; COSTA, Armando João Dalla. *A China e a África na nova Economia Mundo: possibilidades e aspirações*. In: Política Externa, vol. 23, nº 1, jul/ago/set 2014.

BAYLIS, John et al. *The globalization of world politics*. Nova York, Oxford University Press, 2011.

BBC Brasil (Online). “*Mapa do investimento chinês na África revela destino de US\$ 75 bi*”. 30/04/2013. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/04/130430_china_africa_ru. Acesso em: nov/dez 2014.

BRAUTIGAM, Deborah. China's Foreign Aid in Africa: What do we know? In: ROTBERG, Robert I. *China into Africa: Traid, Aid and Influence*. Brookings Institution Press, Baltimore, 2008.

BROADMAN, Harry G. Chinese-African Trade and Investment: The Vanguard of South-South Commerce in the Twenty-First Century. In: ROTBERG, Robert I. *China into Africa: Traid, Aid and Influence*. Brookings Institution Press, Baltimore, 2008.

CAPALANDANDA, Antônio. *Imigração Chinesa em Angola: integração e conflito*. Voz da América, 25/01/2011. Disponível em: <http://www.voaportugues.com/content/article-01-25-2011-angola-china-immigration-114561184/1259404.html>. Acesso em: Nov/dez 2014.

CARMO, Corival Alves do. *Poder, Estado e Hegemonia: as interfaces entre a teoria das relações internacionais e a economia política internacional*. In: Revista Oikos, vol. 12, nº 1, 2013. pp. 5-31.

CARMODY, Pádraig; TAYLOR, Ian. *Chinese Interests and Strategies in Africa*. In: CARMODY, Pádraig. *The New Scramble for Africa*. Polity Press, Cambridge, 2011.

CHICHAVA, Sérgio; ALDEN, Chris. *A Mamba e o Dragão: Relações Moçambique-China em perspectiva*. IESE/ SAIIA, Maputo, 2012.

CURTO, Marta. *Histórias de Chineses em África*. In: Revista Macau Online, 06/12/2011. Disponível em: <http://www.revistamacau.com/2011/12/06/historias-de-chineses-em-africa/>. Acesso em: Nov/Dez 2014.

DIAS, Reinaldo. *Um tema emergente nas Relações Internacionais: A paradiplomacia das cidades e municípios*. In: Âmbito Jurídico (online), s/ data. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8156. Acesso em: Dez 2014.

EISENMAN, Joshua. *China's Political Outreach to Africa*. In: ROTBERG, Robert I. *China into Africa: Traid, Aid and Influence*. Brookings Institution Press, Baltimore, 2008.

GALÁN, Enrique. *260 mil chineses em Angola*. In: O retorno da Ásia, 05/02/2013. Disponível em: <http://oretornodaasia.wordpress.com/2013/02/05/260-mil-chineses-em-angola/>. Acesso em: Nov/dez 2014.

Good Governance Guide (online). *What is Good Governance?* Disponível em: <http://www.-goodgovernance.org.au/about-good-governance/what-is-good-governance/>. Acesso em: Nov 2014.

HUGON, Philippe. *Geopolítica da África*. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2009.

JIANG, Wenran. *China's Emerging Strategic Partnership in Africa*. In: ROTBERG, Robert I. *China into Africa: Traid, Aid and Influence*. Brookings Institution Press, Baltimore, 2008.

JIANHAI, Bi.; ZWEIG, David. *China's global hunt for energy*. Foreign Affairs, v. 84, n. 5, p. 25-38, 2005.

JUSTO, Marcelo. *As conflituosas relações da China na África*. In: Carta Maior Online, 09/08/2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/As-conflituosas-relacoes-da-China-na-africa%0D%0A/6/25687>. Acesso em: Nov/dez 2014.

LEONI, Bruno. *Liberdade e a Lei; Limites entre Representação & Poder*. Instituto Liberal Mises Brasil, 1993.

MACAUHUB (Online). *Investimento chinês em África é cada vez mais privado e destina-se à produção local*. 03/03/2014. Disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/pt/2014/03/03/investimento-chines-em-africa-e-cada-vez-mais-privado-e-destina-se-a-producao-local/>. Acesso em: Nov 2014.

MANSON, Barry. *China avança nos investimentos e no comércio com África*. In: World Socialist Web Site, 17/11/2006. Disponível em: <http://www.wsws.org/pt/2006/nov2006/portn17.shtml>. Acesso em: Nov/dez 2014.

MASIERO, Gilmar; COÊLHO, Diego Bonaldo. *A política industrial chinesa como determinante de sua estratégia going global*. In: Revista de Economia Política, vol. 34, nº 1, jan-mar 2014, pp. 139-157.

NYE, J. *The Future of Power*. New York: PublicAffairs/Perseus Book Group, 2011.

OLIVEIRA, Amaury Porto. *A política africana da China*. Disponível em <http://www.casadasafricas.org.br/site/img/upload/674760.pdf>, 2007. Acesso em: nov/dez 2014.

PAUTASSO, Diego. *A Economia Política Internacional da China para Angola e os caminhos da transição sistêmica*. In: Século XXI, vol.1, nº 1, jan-dez 2010. Disponível em: <http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1708/33>. Acesso em: Nov/dez 2014.

PEREIRA, Aleksandro Eugenio. *Três perspectivas sobre a política externa dos Estados Unidos: poder, dominação e hegemonia*. In: Revista de Sociologia Política, vol. 19, nº 39, Junho 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782011000200016&script=sci_arttext. Acesso em: Nov 2014.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. *China: a ascensão pacífica da Ásia Oriental*. In: Revista Brasileira de Política Internacional, 48 (2), 2005.

RAMOS, Bárbara Oliveira. *A Cooperação Internacional e os debates teóricos: Um estudo de caso sobre a atuação da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) no Brasil* (Dissertação de Mestrado - UnB), 2006. Disponível em: http://bdt.d.bce.unb.br/tesedsimplicado/tde_arquivos/51/TDE-2006-11-10T151951Z-429/Publico/Dissert%20de%20Mestrado%20Final.pdf. Acesso em: Nov 2014.

RIBEIRO, Valéria Lopes. *A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico*. In: Revista Oikos, vol 9, nº 2, 2010, pp. 13-35.

RUPP, Stephanie. *Africa and China: Engaging Postcolonial Interdependences*. In: ROTBERG, Robert I. *China into Africa: Traid, Aid and Influence*. Brookings Institution Press, Baltimore, 2008.

RYSDYK, Janaína. *A Política Externa Chinesa para a África: uma análise dos casos do Sudão e da Nigéria* (Dissertação de mestrado). Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28769/000772912.pdf?sequence=1>. Acesso em: Nov/dez 2014.

TAYLOR, Ian. *China and Africa: engagement and compromise*. Ed. Taylor and Francis, 2007.

TULL, Denis M. *China's engagement in Africa: scope, significance and consequences*. In: Journal of Modern African Studies, vol. 44, nº 3, 2006, pp- 459-479. Disponível em: <http://www.cerium.ca/IMG/pdf/Tull.pdf>. Acesso em: nov/dez 2014.

WENJUN, Zhu. *Pequenas e médias empresas chinesas estão interessadas na África*. CRI Online, 14/09/2014. Disponível em: <http://portuguese.cri.cn/661/2010/09/14/1s126684.htm>. Acesso em: Nov/dez 2014.

WENTZEL, Marina. *Investimento chinês na África triplicou em um ano*. In: BBC Brasil Online, 03/11/2006. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/11/061102_chinaafricamarinafn.shtml. Acesso em: Nov/dez 2014.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. *Investimento estrangeiro direto*. In: Ipea online, 2006, ano 3, ed. 22. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2103:catid=28&Itemid=23. Acesso em: dez 2014.

Vídeos:

“*The Chinese Colonizing Africa For Real Where The Europeans Fucked Up*” - publicado em: 27/06/2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xuWDwf5j7as>. Acesso: nov/dez 2014.

“*Brasil e China disputam África*”. Canal: Rádio CBN - publicado em: 09/07/2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bw6ILGZ1zKw>. Acesso em: nov/dez 2014.44